

## Family Agriculture And Bioethics: Weaknesses And Potentialities In Rondônia/Brazil

C. O. Freitas<sup>1\*</sup>; E. S. Leite<sup>2</sup>; I. S. Dias<sup>3</sup>; M. G. M. Feitosa<sup>4</sup>; O. A. Lovo<sup>5</sup>

<sup>1 E 2</sup> Departamento De Engenharia De Pesca, Universidade Federal De Rondônia – Unir, 76916-000, Presidente Médici-Rondônia, Brasil.

<sup>3</sup> empresa De Assistência Técnica E Extensão Rural - Emater/Ro, 76, Porto Velho-Rondônia, Brasil.

<sup>4</sup> Departamento De Zootecnia, Universidade Federal De Rondônia – Unir, 76916-000, Presidente Médici, Presidente Médici-Rondônia, Brasil.

<sup>5</sup> Departamento De Ciências Contábeis, Universidade Federal De Rondônia – Unir, Cacoal-Rondônia, Brasil.

---

### Abstract

The rural environment in Rondônia, has been changing intensely from the degradation of native vegetation, destruction of fauna and flora, advance of monoculture, exodus and aging of the rural population. In this sense, bioethics can be perceived as an area that can contribute, as it brings knowledge aimed at the study of human survival together with the entire planet in a sustainable way. The present work aimed to analyze, in the light of bioethics, family farming and agroecology, its weaknesses and potentialities in Rondônia, Brazil. For this, bibliographical research on the subject was carried out, with the purpose of proposing solutions to the weaknesses and relating the potentialities, based on the results of the research project called “Center for the Study in Agroecology for Youth of the Territories of Rondônia”. What is intended is the change in the development of policies for sustainability from the establishment of ecological relationships that increase the degree of resistance and stability of agricultural systems, based on the stimulus to biodiversity. Noted that it is necessary to implement institutional changes in teaching, research and extension, as well as public policies aimed at the sustainability of production, including legislation compatible with the demands of reality. It is concluded that in this context, bioethics presents itself as a light at the end of the tunnel, in the sense to raise the level of consciousness and as a way to mitigate problems, in order to ensure that future generations can enjoy the beauties and riches existing in Rondônia.

**Key-words:** Family farming, agroecology, bioethics.

---

Date of Submission: 15-12-2023

Date of Acceptance: 25-12-2023

---

### I. INTRODUÇÃO

O meio rural no Brasil e de modo bastante significativo na região Norte do Brasil, logo também em Rondônia, vem se modificando intensamente a partir da degradação da vegetação nativa, destruição da fauna e flora, avanço dos monocultivos, do êxodo e envelhecimento da população rural. Com isso surge uma nova forma de entender a vida no campo, questionando o modelo de modernização existente [1].

Essa nova visão, mais ampla, considera além dos aspectos de produção, produtividade, mercados e rentabilidade, os aspectos sociais, ecológicos e beneficiamento. Acrescenta-se a tudo isso as questões inerentes à bioética.

Com o objetivo de desenvolver iniciativas autônomas e capacidades próprias para abrir alternativas aos mercados tradicionais, surge a necessidade de repensar o atual modelo produtivo, que se utiliza da mão de obra familiar e viabiliza a permanência das famílias de agricultores no campo, com sustentabilidade, como enfatiza Wilkinson [2]. Sendo assim, a bioética entra para fecundar o debate de possibilidades mais sustentáveis.

A bioética nasce para a ecologia com Jahr, em 1927, na proposta de relacionar seres vivos humanos e não humanos [3]. Em 1971, Potter apresentou a preocupação com a sobrevivência do planeta, face a evolução tecnológica. Contudo, faz-se importante compreender a discussão filosófica tendo por um lado a visão ecológica da natureza a serviço da vida e a visão de exploração dos estoques de recursos materiais mediante o extrativismo desenfreado, esta última cada dia mais incisiva, atendendo o mercantilismo do capital [3].

A ganância humana trouxe o extrativismo desordenado, leia-se ‘exploração dos recursos naturais’, a agricultura mecanizada de alto impacto e a industrialização insustentável, contribuindo para uma crise ambiental global que se revela nas mudanças climáticas com todos os desastres decorrentes, afetando diretamente os seres vivos mais vulneráveis, tanto animal como vegetal, passando pelos mais pobres da população humana [3].

Os enigmas enfrentados pelos ecossistemas na tentativa de auto restauração acabam por causar o comprometimento da estabilização natural do planeta, influenciando diretamente na produção agrícola e na existência de vida. Acrescenta-se o fato da necessidade de aumentar a produção, o que levou grande parte dos produtores a aderirem aos vultosos pacotes tecnológicos, como sementes transgênicas e os defensivos agrícolas que aplicado de modo desmedido mais tarde poderá ser prejudicial à saúde do planeta, inclusive do homem [4].

Desta forma, a agroecologia renasce com a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, e excludente do ponto de vista social; ela trata de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade [5].

No presente trabalho objetivou-se analisar, à luz da bioética, a agricultura familiar e a agroecologia, suas fragilidades e potencialidades em Rondônia. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas acerca do tema, com a finalidade de responder soluções para as fragilidades e relacionar as potencialidades, a partir dos dados do projeto de pesquisa denominado “Núcleo de Estudo em Agroecologia (NEA) para Juventude dos Territórios de Rondônia”.

## **II. MATERIAL E MÉTODOS**

Este trabalho nasceu à luz da bioética na discussão dos resultados do projeto de pesquisa denominado “Núcleo de Estudo em Agroecologia (NEA) para Juventude dos Territórios de Rondônia”. Neste projeto a metodologia aplicada foi baseada na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, priorizando a pesquisa-ação participativa, harmonizando os instrumentos: análise de dados secundários, entrevistas semiestruturadas, questionários e capacitações. Também foram realizadas visitas as propriedades dos participantes para promoção de assessoria organizacional, focada no fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar, na produção orgânica e de base agroecológica, e na divulgação de boas experiências desenvolvidas em Rondônia para promoção da segurança e soberania alimentar com sustentabilidade.

A partir dos resultados encontrados no projeto, discutiu-se sob o prisma da bioética, como sendo forma complexa e plural, especialmente por que sua avaliação se dá numa perspectiva multidimensional que envolve aspectos ecológicos, ambientais, sociais, econômicos, políticos, territoriais e histórico-culturais, com foco na agricultura familiar, bioética e agroecologia. Tudo isso por meio de revisão bibliográfica.

## **III. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para atingir o objetivo proposto neste trabalho, teve-se a seguinte construção:

### **Agricultura familiar em Rondônia**

Com o lema “integrar para não entregar”, apregoado pelos governos militares, Rondônia teve um fluxo migratório de ocupação iniciado no entorno da construção da BR-364, se intensificando com os Projetos Integrados de Colonização (PIC) implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nas décadas de 1970 e 1980 [6].

Cabe salientar que essa política de ocupação também dizimou populações locais preexistentes. Um grande genocídio e um etnocídio foram cometidos contra esses povos e não há qualquer ação judicial de reparo aos sobreviventes desse grande massacre, como afirma o historiador Iremar Ferreira [7]. É sabido que as políticas de ocupação procuraram combinar os empreendimentos de exploração econômica com estratégias geopolíticas [8].

Em 1975 as pastagens ocupavam 7,6% da área e as lavouras 6,5%, enquanto as matas e florestas cobriam 85,9% do território, com 25.483 estabelecimentos rurais, numa área de 3,08 milhões de hectares. Já em 2006 o total de estabelecimentos rurais passou para 87.397, com área de 8,78 milhões de hectares, sendo 5,85% de lavouras, 36,49% de matas nativas e 57,66% de pastagens, observando uma relevante evolução para as pastagens. As áreas nos imóveis rurais destinadas a vegetação nativa representa 28,3% da área do estado [9].

A movimentação para o território contribuiu significativamente para o aumento populacional da região. Todo esse fluxo migratório possibilitou a expansão da fronteira agrícola e, conseqüentemente, tornou-se responsável pela substituição da floresta pela agricultura de cultivo, com implantação de pastagens, retirada de madeiras e construção de estradas.

A população nos 52 municípios do estado de Rondônia em 2010 totalizou-se em 1.562.409 pessoas, com população estimada para 2021 de 1.815.278 pessoas, sendo que a zona rural está perdendo população e as pessoas que aí permanecem estão alcançando uma faixa etária “madura” [10]. Habitam essa área diversas categorias sociais de trabalhadores, dentre elas pescadores artesanais, extrativistas florestais não madeireiros, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, castanheiros, indígenas e outros grupos que compõem a categoria social agricultura familiar.

Segundo a Lei 11.326/2006 um estabelecimento é considerado da agricultura familiar quando apresenta área de até quatro módulos fiscais, sendo em Rondônia o equivalente a 240 hectares (medida estipulada pelo INCRA de acordo com a região do país), devendo o estabelecimento ser gerido e ter suas atividades, de modo geral, desenvolvidas com mão de obra predominantemente familiar [11].

Também na produção agrícola e pecuária o modelo econômico vigente está pautado no lucro, e assim a determinação em lucrar passa a ter prioridade sobre todos os outros valores humanos. O resultado é um ambiente econômico e sociocultural que destrói a vida no planeta. Esse modelo gera prosperidade e fartura no mundo numa ponta, e na outra provoca a miséria e a deterioração ambiental, como afirmam Cassol e Quintana [12].

A região amazônica, conhecida pela extensão florestal, tendo parte dessa floresta destinada a espaços de conservação e preservação da vida, tem esses locais vistos por muitos como algo poético, coisas de visionários, uma vez que não poderiam ser explorados economicamente. Ainda assim, os governos têm permitido o manejo das florestas sob a justificativa de projetos sustentáveis, mas em muitos casos tem servido de porta de entrada para novas invasões e destruição das matas nativas, uma vez que repetindo o ciclo de destruição entra a extração madeireira, seguida do fogo, implantação de pastagens para a bovinocultura extensiva, sucedida finalmente por soja e milho [13].

A exploração excessiva ameaça a estabilidade dos ambientes e seus sistemas de sustentação, visto na exaustão dos recursos naturais, renováveis e não renováveis, como alterações do solo, perdas de florestas e da biodiversidade, poluição da água e do ar, entre outras [12, 13].

A questão ambiental tornou-se um dos grandes temas internacionais a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo, na Suécia. Desde então se tem sucessivas conferências, sempre com idas e vindas, pois o interesse do capital sobrepõe-se ao interesse da conservação [12].

Nas últimas décadas a agricultura familiar vem assumindo papel de destaque nas discussões sobre desenvolvimento local sustentável. Sua importância socioeconômica e cultural começa a ser reconhecida por lideranças e instituições que até a pouco a negligenciavam ou a desconheciam. O desenvolvimento rural que não seja somente agrícola, a exemplo do que ocorre em outros países, tem despertado a atenção de produtores, lideranças e instituições ligadas ao agronegócio, as quais buscam identificar alternativas como a agroindústria, o turismo rural, entre outras [14, 15].

A agricultura familiar diversificada é a opção estratégica que melhor permite obter um alto grau de dinamismo, flexibilidade e competitividade econômica no atual contexto de mercados globalizados [14].

O paradigma de que a agricultura familiar não reúne condições materiais para o seu desenvolvimento não mais se confirma. Nos países capitalistas avançados, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas [15]. Nestas, o agricultor interage com uma gestão eficaz da propriedade e com estratégias bem definidas de comercialização.

Assim, a agricultura familiar, ao longo dos tempos, tem mostrado notável capacidade de manter-se, reproduzir-se e adaptar-se aos movimentos da conjuntura socioeconômica, independentemente dos regimes políticos nos quais esteve inserida e/ou evoluiu. Aos poucos deixa de ser vista como uma forma social de organização da produção agropecuária em decadência e passa a ser tratada como um produto do próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna e com um futuro próspero [15]. No entanto, a simples expansão horizontal ou aumento da atividade agrícola desenvolvida não gera renda satisfatória para o produtor [16]. Para compensar essa perda ele busca aumentar a produtividade da estrutura da propriedade rural, intensificando o uso de tecnologia e identificando alternativas de agregação de valor [17].

Um dos principais desafios da agricultura familiar diz respeito à distribuição desigual das terras e dos recursos das políticas públicas. Dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que as pequenas propriedades, embora sejam 77% dos estabelecimentos agrícolas do país, ocupam apenas 23% da área destinada à agropecuária e 12,3% dos recursos destinados pelos governos para financiamento da produção [18].

Comumente se escuta que a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos produzidos no Brasil e pela geração de emprego e renda para cerca de 10 milhões de pessoas, representando 76,8% dos 5,073 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017-2018, em termos de valor de produção, gerou receita de 106,5 bilhões de reais (23% do total), enquanto a geração de receita da agricultura patronal foi de 355,9 bilhões de reais do total [19].

Em análise genérica sobre dados da produção de 65 itens no Brasil, a agricultura familiar aparece como responsável por apenas 5,7%. Porém, quando se exclui dessa cesta o soja, o milho, o trigo e a cana-de-açúcar, que são produtos de *commodities*, cultivados em grande escala, a participação da agricultura familiar alcança os 30% do total produzido, sendo responsável pela maioria dos produtos hortifrutigranjeiros, incluindo espécies frutíferas como o morango, com participação de 81,2 % da produção, e 79,3% da uva para vinho e suco. Já na pecuária a participação da agricultura familiar é de 31% de bovinos; 45,5% de aves; 51,4% de suínos; e 70,2% de caprinos, sendo responsável por 64,2% da produção de leite [19].

Em Rondônia 81,3% dos 91.438 estabelecimentos rurais recenseados foram classificados como pertencentes à agricultura familiar; portanto, acima da média nacional de 76,8%. Quanto ao percentual da produção no ranque dos 65 produtos selecionados nacionalmente, foi de 11,1% sendo quase o dobro da média nacional, aumentando substancialmente para 57,8% quando excluídos dessa lista o soja, o milho e a cana de açúcar [19].

Dentre os produtos economicamente mais importantes em Rondônia a agricultura familiar responde por 93,1% do abacaxi; 90,4% do café Conilon; 88,8% da mandioca; e 87,9% da produção de cacau. Da produção de mandioca destaca-se que apenas 35% desse produto foi comercializado *in natura*, sendo grande parte processada e utilizada no estabelecimento, constituindo-se em importante fator para a alimentação das famílias, garantido a segurança e soberania alimentar. Já na pecuária a agricultura familiar de Rondônia responde por 88,1% da produção de leite bovino [19].

A partir da década de 1990, a agricultura familiar passou a contar com um leque de políticas públicas específicas para preservação e expansão da renda, tais como o crédito rural, assistência técnica, seguro-safrá e as compras institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Contrastando com a expansão dessas políticas, o atual governo, que possui uma visão neoliberal da economia, vem provocando um processo de asfixia (por falta de destinação de recursos) e/ou extinção dessas políticas destinadas à agricultura familiar [20]. Não há por parte deste governo uma preocupação verdadeira com o rural produtor de alimentos, mas coaduna com a ideologia do grande latifúndio e respectiva concentração de rendas [21].

Por isso, a análise da rede de colaboração da agricultura familiar se faz necessária, questionando a divergência ou a convergência desses pontos de vista [22]. A política de crédito rural destinada à categoria em discussão é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, nas suas diversas modalidades, sendo: investimento (aquisição de terra, equipamentos, veículos, matrizes, construções e instalações rurais) e custeio (agrícola, pecuário e agroecológico). Dentre as linhas do PRONAF estão os subprogramas como PRONAF-Jovem, PRONAF-Mulher e PRONAF-Eco, este último destinado para instalação de energia renovável. A fragilidade é a dependência da política econômica predominante na hora de liberar os recursos [23].

No Brasil, impactado pela pandemia do Covid-19, com a redução de recursos destinados à assistência técnica e à política de compras institucionais do PAA, ocorre um enfraquecimento da economia rural, ampliando o empobrecimento e provocando o êxodo rural.

Neste sentido a agricultura familiar, mais do que a produção em números, precisa de apoio e estímulo com a ampliação de políticas públicas que viabilizem o aumento da produção de forma sustentável, com acesso aos mercados em condições favoráveis, evitando o êxodo e a perda da qualidade de vida nos estabelecimentos rurais [19].

Por este ponto de vista, a agroindustrialização vem sendo implementada com bons resultados enquanto estratégia de fortalecimento da agricultura familiar pela agregação de valor à produção, além de viabilizar a aproximação dos produtos com o usuário final. Tal agroindustrialização nas unidades produtivas também impulsiona a comercialização de ciclo curto, viabilizada pelas entregas diretas e nas feiras de bairros. Além de estimular a geração direta e indireta de novos postos de trabalho, promovendo uma distribuição de renda mais equitativa, melhorando a qualidade de vida deles [17].

O desenvolvimento da agroindústria familiar é um dos caminhos para aumentar o valor dos produtos do meio rural. Logo, as mudanças nos hábitos de consumo, ocasionadas pela abertura dos mercados, pode significar novas oportunidades para a agricultura familiar. Na medida em que há demanda por produtos de melhor qualidade, torna possível a produção em pequena escala, com itens diferenciados e dirigidos a mercados específicos [1].

Sendo assim, a agroindústria é uma saída possível para aqueles que buscam agregar valor a seus produtos. Porém, antes de sua instalação, são necessários alguns cuidados para que essa alternativa se adapte à estrutura de produção e se torne uma atividade rentável. Por isso, analisar os fatores que interferem diretamente na eficiência e eficácia do negócio é de fundamental importância. Realizar estudos sobre a disponibilidade de matéria-prima, mão de obra, tecnologias, legislação, infraestrutura de produção e comercialização, *layout* e mercado é essencial antes de se iniciar um projeto agroindustrial [24].

A instalação da agroindústria deve ser precedida de informações que irão auxiliar o planejamento do investimento. Um levantamento detalhado deve levar em conta aspectos como: locais de comercialização, as exigências dos consumidores com relação ao tipo de produto, sua qualidade, apresentação, preço e épocas de maior consumo. Além disso, devem ser cumpridas as exigências legais feitas à pequena agroindústria que garantam ao produtor e ao consumidor maior segurança [1].

São vários os fatores que proporcionam vantagens para o desenvolvimento de agroindústrias no meio rural: a matéria-prima que abastece as agroindústrias tem origem nos estabelecimentos dos agricultores proprietários e/ou associados a elas; o trabalho operacional das agroindústrias, na maioria das vezes, é desenvolvido por familiares, sendo em alguns casos complementado com mão de obra contratada, geralmente de vizinhos [1].

Da mesma forma, o gerenciamento é praticado por eles. Sendo assim, pode-se constatar que os agricultores passam a atuar em toda a cadeia produtiva, até a colocação do produto no mercado. Outra vantagem é a

descentralização do desenvolvimento para o interior dos municípios, diminuindo as migrações desordenadas, além de reduzir o poder poluente das indústrias [24].

Mas, ao mesmo tempo em que se apontam vantagens para a promoção de agroindústrias rurais familiares, também se realçam dificuldades ou entraves, como a cultura (racionalidade) desses produtores, a falta de capacitação para o gerenciamento, a qualidade da mão de obra, a garantia de qualidade do produto, a escassez de capital e a infraestrutura de comercialização [1].

Conceitos como de desenvolvimento sustentável introduzem a noção de equilíbrio na utilização dos recursos naturais, bem como provocam rápidas e importantes transformações nos hábitos dos produtores e dos consumidores. Com isso, estão surgindo novos nichos de mercado que podem significar para a agricultura familiar uma oportunidade importante de afirmação e até mesmo de expansão [24].

### **Bioética na agricultura familiar**

A cada dia o mundo percebe a possibilidade de um colapso ambiental diante das mudanças climáticas, da explosão populacional, da exploração indiscriminada de recursos naturais e da materialização de novas tecnologias, principalmente atômicas, químicas e biológicas, que possibilitou ao ser humano o poder inédito de destruição de si mesmo e da sua casa comum.

Diante desses fatos, Van Rensselaer Potter propôs em 1970 a bioética como uma área do conhecimento voltada para o estudo da sobrevivência humana no contexto da sobrevivência de todo o planeta [25]. Nesse cenário Junges (2014) [3], assinala como marcos normativos da bioética ambiental as diretrizes do artigo 17 da Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos da UNESCO, que trata da proteção do meio ambiente, da biosfera e da biodiversidade [25].

Entende-se que a bioética ambiental é a parte da filosofia ambiental que amplia os limites tradicionais da bioética para além dos seres humanos, passando a incluir os direitos dos demais seres vivos em nossos valores éticos e morais [25].

Desse modo, inclui temas como o respeito à natureza, a casa comum, ou como utilizá-la e protegê-la ao mesmo tempo [26]. Portanto, a bioética ambiental desempenha um papel muito importante na sustentabilidade e na tentativa de mitigar os impactos das atividades humanas no planeta [25].

A população vem se defrontando com um problema que afeta o planeta que é a degradação do meio ambiente e o esgotamento dos recursos naturais. O capitalismo desmedido causa o desequilíbrio e impede a proteção do meio ambiente, causando o “desenvolvimento” insustentável [27]. O sistema econômico atual gera progresso, mas também produz prejuízos ambientais que refletem na casa comum [12].

O desenvolvimento sustentável é um conceito defendido por organismos internacionais, por governantes de diversas nações e por movimentos sociais para fazer frente aos problemas ambientais em que o planeta se vê envolvido. Conjectura a participação e a equidade também no crescimento econômico.

Nessa perspectiva se acredita em um plano conceitual e ético de desenvolvimento econômico, focado no atendimento das necessidades humanas em termos de qualidade de vida e que conserve e expanda a base de recursos ambientais. Tal desenvolvimento é imprescindível para suavizar a miséria que vem aumentando mundo afora [28].

Dessa maneira constata-se que a crise ambiental atual configura-se, fundamentalmente, no colapso dos modelos desenvolvimentistas vigentes que, a despeito dos benefícios científicos e tecnológicos daí decorrentes, ocasionaram a devastação do meio ambiente e a escassez dos recursos naturais, o que se manifesta mediante acontecimentos como o efeito estufa, a chuva ácida, a perda da biodiversidade, o desmatamento, a poluição do ar, a exaustão do solo, a erosão e a morte de rios e outros cursos de água, dentre outros eventos [29].

No Brasil atual têm-se manifestações claras e propositais que aceleram a atuação parasita e desenfreada do homem sobre o meio ambiente, tomando o que dele deseja com pouca atenção pelo sistema de sustentação da sua vida [30].

Como consequência tem crescido os gastos com projetos de descontaminação ambiental (da água, do ar e do solo por produtos tóxicos), e com o tratamento de enfermidades das mais diversas origens. O mais grave, porém é o espantoso aumento dos custos humanos em consequência da expansão da fome, decorrente da concentração de renda [31].

Quando o tema é degradação da floresta amazônica, em Rondônia se vê um total desrespeito à legislação e um descontrole do poder público em relação a esse fato. Situação igualmente descrita por Chapare, Junior e Fischer (2021) [27] em Moçambique: “Percebe-se que em decorrência da massificação da prática agrícola e da caça há incentivo para técnica de queimadas, a exploração de madeira e a produção do carvão vegetal, muitas vezes associados a práticas ilegais e corruptas”.

Assim é a expansão da proposta de tornar o Brasil o celeiro do mundo com a produção de grãos, principalmente com foco na exportação, que não atende as populações locais quanto à sua soberania alimentar. Esta expansão inicia-se pela ocupação das florestas, muitas vezes de forma irregular, com retirada das madeiras, derrubada do restante da vegetação e queima para limpeza da área, facilitando a semeadura, geralmente de capim. Cerca de três

a quatro anos depois essas áreas dão lugar ao plantio de soja e milho ou outra *commodity* de grande valor no mercado internacional. Nesse sentido Chapare, Junior e Fischer (2021) [27] descrevem a mesma prática recorrente nas florestas tropicais em Moçambique, na África.

Para a bioética as questões ambientais se expressam de forma complexa e plural, especialmente por que sua avaliação se dá numa perspectiva multidimensional que envolve aspectos ecológicos, ambientais, sociais, econômicos, políticos, territoriais, histórico-culturais e espirituais, todos estes muito importantes numa discussão entre degradação e sustentabilidade, a serem considerados à luz da bioética.

Assim, o conceito de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável entende-se como o uso comum dos recursos naturais de maneira repartida para não faltar para as famílias futuras [27].

Nesse contexto entende-se bioética, de modo simples, como ética pela vida e suas complexidades. Já a ética ambiental parte do princípio da própria racionalidade do real, uma vez que entender, dentro do possível, o mundo é agir eticamente [32]. Precisa-se ver a bioética como uma ponte para o futuro [33].

De modo bem resumido pode-se classificar o desenvolvimento da bioética em três momentos: 1º década (1970): incentivava a autogestão do corpo, a independência frente às decisões acerca do corpo; 2º década (1980): o foco mudou dos direitos individuais para os sociais, tendo como finalidade a economia, a distribuição de recursos e a justiça sanitária; 3º década (1990): com a percepção de que as questões são globais, voltou o foco para defender os direitos relativos à vida e sua gestão, visando à sustentabilidade [32].

Vale salientar que apesar do rótulo “*o agro é pop*”, que bate recordes na balança comercial todos os meses, o campo pede socorro; e o faz também em decorrência da juventude que exponencialmente vem migrando para as cidades, desencadeando um quadro severo de êxodo rural que deixa para trás um campo de pessoas envelhecidas, já sem forças para o trabalho nos cultivos e criações. O êxodo dos jovens entre 18 e 30 anos, que atualmente representam apenas 5% da população rural, elimina as chances da sucessão na atividade agrícola e pecuária, além de ampliar nas cidades os contextos de trabalhadores despreparados para as atividades urbanas.

O campo pede socorro pela ampliação dos latifúndios para produção de *commodities*, que não alimenta o povo; pede socorro pela invasão de produtos transgênicos, pelo avanço dos “venenos” agrícolas, pela destruição da diversidade da flora e fauna, pelo esvaziamento das políticas públicas, entre outros. Conforme Bauman (2008) [34] o progresso tecnológico tem a função de cortar os empregos. Essa situação também está no agro brasileiro quando do lançamento de novas tecnologias.

O momento atual é de incerteza e instabilidade política, social, econômica, moral e relativismo ético, inclusive de inexistência e/ou distorção de valores que contemplem a integralidade dos seres humanos.

Sendo assim, para a população é imprescindível a existência de uma agricultura familiar forte, como espaço de ocupação e renda, bem como para contenção dos guetos urbanos e, sobretudo, para produção de alimentos. Faz-se necessário que cada um veja a dor do outro, se colocando no lugar do outro, como tentativa de garantir o mínimo para a sobrevivência de todos, mesmo diante de tantos percalços [35].

Como afirma Correa (2012) [33]: “É necessária uma ética política para a organização em escala mundial dessa responsabilidade solidária nesta era da ciência, que nos leve a relações internacionais baseadas na solução pacífica dos conflitos, sem violência”.

### **Agroecologia na agricultura familiar**

A agroecologia propõe técnicas de cultivo e manejo animal em harmonia com os ecossistemas, mediante uma abordagem consciente da dinâmica da natureza e o respeito da capacidade de renovação dos recursos. A matriz de produção agroecológica permite a recuperação da fertilidade dos solos sem o uso de fertilizantes sintéticos, assim como o cultivo sem uso dos diversos agroquímicos, mediante técnicas cientificamente comprovadas e aliadas ao conhecimento geracional das populações tradicionais da agricultura, utilizando a seu favor as capacidades naturais do ambiente.

Trata-se de uma atividade estratégica de contribuição para a soberania alimentar, se constituindo numa forma de resistência às crises econômicas internas e fortalecimento da agricultura familiar, cujo crescimento pode representar a “saída” viável para a sociedade moderna. Hoffmann e Filho (2016) [4] argumentam que reformulando assim a agricultura de forma ecológica e sustentável, com uma produção justa e livre de produtos poluentes, preserva-se tanto a biodiversidade dos ecossistemas como a saúde humana.

A prática da agroecologia considera estabelecer desenhos produtivos e planos de intervenção nos agroecossistemas a partir da observação, experimentação e aprendizado geracional.

Os membros das unidades familiares se envolvem na transformação dos produtos em subprodutos, com o objetivo de agregar valor e fortalecer economicamente a unidade produtiva familiar e comunitária. Os excedentes são comercializados geralmente de forma alternativa, a partir de estratégias coletivas e solidárias, em mercados de ciclo curto [36].

A busca pela transição da agricultura convencional para a prática da agroecologia visa a sustentabilidade dos ecossistemas e consequente garantia de existência dos recursos naturais de reprodução no futuro. Em um processo de transição busca eficiência em diminuir o uso de insumos externos à unidade produtiva, bem como a substituição

de insumos e práticas convencionais por ecológicas. Assim, como afirma Freire (1979) [37], toda transição é mudança. Portanto, exige um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada.

Nessa perspectiva, desde o pensamento da transição agroecológica, é preciso diagnosticar o desenho do agroecossistema inicial, sua lógica, objetivos, problemas, causas e efeitos.

O conhecimento endógeno e a diversidade da agricultura familiar de base ecológica permitem que se estabeleça um núcleo conceitual histórico que fundamente os (re) desenhos, os quais devem funcionar como alicerce do processo para novos conjuntos ou sistemas ecológicos que precisam ser manejados, monitorados, (re) planejados e sistematizados.

Com vistas a contribuir com o desenvolvimento sustentável do Brasil, o governo federal publicou o Decreto Nº. 7794, de 20 de agosto de 2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o crescimento com sustentabilidade e qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis [35].

A partir de então se intensificaram as articulações para adequação das políticas e ações nos estados. Antecipando a isto, em agosto de 2011 o governo de Rondônia, com o objetivo de promover a agroecologia para um estado mais sustentável, reuniu uma equipe coordenada pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária (SEAGRI), a fim de iniciar atividades de apoio no estado sobre o assunto, destacando a importância de produzir medidas para incentivar a população incorporando a sociedade nesta prática [38].

Neste período alguns trabalhos foram iniciados para o desenvolvimento da agroecologia no estado, como a lei estadual nº 2.588, de 28 de outubro de 2011, a qual cria o Programa Estadual de Agroecologia e Incentivo à Agricultura Orgânica [39].

Em 2015 foi realizado o 1º Seminário Estadual de Políticas Públicas para a Agroecologia e Produção Orgânica em Rondônia, promovido pela parceria entre o Governo do Estado e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com suporte da Secretaria de Agricultura de (SEAGRI), da Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER-RO) e Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA/RO), iniciando a construção de um Plano de Agroecologia e Produção Orgânica para o estado, sendo que “o documento final foi submetido à Câmara Setorial para análise e aprovação pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS)” [40]. Este 1º Seminário reuniu técnicos das principais entidades voltadas ao desenvolvimento agropecuário do estado para discutir ações que iam ao encontro das necessidades do setor produtivo, além de fomentar o conhecimento e a reflexão participativa sobre as políticas públicas nos cenários nacional e estadual, com vistas a fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica.

Neste mesmo ano foi promulgada a lei nº 3.566, de 03 de junho de 2015, que instituiu a Semana Estadual de Incentivo à Agroecologia, realizada anualmente entre os dias 14 a 20 de outubro [41]. Esta lei de autoria do Deputado Estadual, Lázaro Dobri, o qual é agricultor e ex-presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado de Rondônia (FETAGRO), visa não apenas a apresentação do alimento agroecológico para a sociedade, mas especialmente viabilizar a assistência técnica para os agricultores que se dedicam à agroecologia no estado.

No ano de 2020 foi realizado o 3º Seminário de Agroecologia em Rondônia, promovido pelo Governo de Rondônia, SEAGRI e EMATER-RO, com o objetivo de discutir ações voltadas para a produção e comercialização de produtos agroecológicos no estado. A proposta do governo foi reunir órgãos públicos, entidades ligadas à produção rural, agricultores, autoridades, pesquisadores, dentre outros, para debater alternativas que poderiam contribuir para o desenvolvimento de metodologias visando à produção e comercialização de forma sustentável [42, 43].

Contudo, após o evento, até o presente momento, ainda não houveram ações institucionais integradas que promovam e garantam efetivamente a expansão da agroecologia no estado. Uma boa notícia para a agroecologia no estado é que a Comissão da Produção Orgânica de Rondônia (CPOrg-RO), que ficou suspensa por uns anos, retornou as atividades no final do ano de 2022 [44].

Entidades independentes vêm atuando no estado, a exemplo do Instituto Padre Ezequiel Ramin (IPER), e realizando ações desde cursos continuados, oficinas, seminários, dentre outras atividades com agricultores familiares, camponeses, assentados, jovens e crianças, promovendo a agroecologia no estado de Rondônia [45]. A missão do IPER é proporcionar espaços de articulação e formação em defesa da vida e desenvolvimento agroecológico, sendo um dos parceiros do projeto Núcleo de Estudo em Agroecologia (NEA) para Juventude dos Territórios de Rondônia.

Em se tratando do projeto NEA seus resultados mostraram que os participantes acreditam que para alcançar a sustentabilidade são necessários meios econômicos e sociais, inovação e organização, bem como garantir a qualidade do solo e do meio ambiente e que as potencialidades para tal estão em obter conhecimento em práticas agroecológicas de produção para implementar nas propriedades rurais [46].

Sendo assim, esse processo de transição deve ser fruto de uma ação pedagógica, que utiliza as metodologias participativas com objetivo de transformar o homem objeto das práticas convencionais tecnicistas em sujeito dos seus projetos de vida, a partir da problematização, reflexão e o estabelecimento de estratégias de mudanças sociais e ecológicas [36].

A mudança dos processos convencionais, de base puramente produtivista, tecnológica e mercantil para o resgate de uma inserção produtiva-social, com uso sustentável dos recursos naturais, pressupõe um processo de valorização do pertencimento a terra, bem como o resgate de culturas e tecnologias endógenas. Como afirma o Papa Francisco em sua Carta Encíclica *Laudato Si* (2015) [26]: “O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar”.

#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceitos como o de desenvolvimento sustentável introduzem a noção de equilíbrio na utilização dos recursos naturais, bem como exigem importantes transformações nos hábitos dos que produzem, juntamente com os que consomem/utilizam os bens produzidos. Surgem assim novos nichos de mercado que podem significar para a agricultura familiar uma oportunidade importante de afirmação e até mesmo de expansão.

O que se pretende é a mudança no desenvolvimento das políticas para a sustentabilidade a partir do estabelecimento de relações ecológicas que aumentem o grau de resistência e estabilidade dos sistemas agrícolas, baseando-se no estímulo à biodiversidade. Nesse contexto apontamos algumas fragilidades da agricultura familiar em Rondônia:

- ✓ baixa escolarização dos agricultores, com pouca capacidade para gestão dos empreendimentos;
- ✓ degradação ambiental, com uso desordenado de solo, água, flora e fauna;
- ✓ avanço do monocultivo e produção de *commodities*;
- ✓ assistência técnica insuficiente para implementar a produção;
- ✓ desmonte de políticas públicas para o setor;
- ✓ colapso dos modelos desenvolvimentistas vigentes;
- ✓ desrespeito à legislação e fragilidade do poder público na proteção ambiental;
- ✓ o capital sobrepondo-se ao humano;
- ✓ agroecologia vista como ultrapassada e que não gera lucro;
- ✓ descontinuidade das políticas destinadas à agroecologia;
- ✓ propagandas de agroquímicos.

Sem interesse em estabelecer um roteiro como prescrição de transição agroecológica, muito menos de ordenar critérios a serem seguidos, mas tão somente de apontar algumas bases de apoio ao processo de transição, situaremos então esse processo apontando alguns passos como: redução no uso de insumos químicos; substituição dos insumos externos; manejo ecológico da biodiversidade e redesenhos participativos dos agroecossistemas produtivos pensado a curto, médio e longo prazo. Acrescenta-se aqui algumas potencialidades da agricultura familiar em Rondônia:

- ✓ produção diversificada de alimentos, com geração de ocupação e renda;
- ✓ políticas como o PAA e o PNAE;
- ✓ política de crédito rural do PRONAF;
- ✓ ampliação no quantitativo de agroindústrias familiares com agregação de valor à produção rural;
- ✓ flora e fauna nativas biodiversas;
- ✓ projetos de recuperação da fauna e flora regional;
- ✓ técnicas de reprodução de espécies nativas;
- ✓ projetos agroecológicos com potencial para agregar valor à produção;
- ✓ perspectiva de qualidade de vida/saúde dos produtores e usuários dos alimentos quimicamente limpos.

Essa transição compreende um processo de mudança comportamental que somente é possível pelas vias da educação. Exige formação da consciência para valorização do conhecimento endógeno, com reconhecimento da importância da soberania alimentar para a nação.

Fomentar a organização de redes de economia popular e solidária que fortaleça a comercialização dos excedentes dessa produção ecológica é, sem dúvida, uma estratégia muito importante, tanto para os que produzem, os agricultores familiares, na perspectiva de ampliar seus mercados, quanto para a sociedade de usuários, no sentido de promover sua acessibilidade aos produtos.

Se faz necessário implementar mudanças institucionais no ensino, pesquisa e extensão, bem como políticas públicas voltadas para a sustentabilidade da produção, incluindo legislação compatível com as demandas da realidade.

Esse caminho educativo proposto pela agroecologia busca reaproximar os agroecossistemas manejados pelos agricultores familiares, com suporte técnico dos agentes de extensão rural, entendendo que os processos para

transição não são lineares, mas coexistem em diferentes níveis. O fundamental é estabelecer diálogo de saberes pelo envolvimento dos diversos seguimentos da sociedade, de forma que juntos encontrem respostas, como sujeitos do desenvolvimento sustentável, tendo na bioética os seus fundamentos basilares.

Conclui-se que nesse contexto a bioética se apresenta como uma luz no fim do túnel, no sentido de elevar o nível de consciência e como forma de mitigar os problemas, de modo a garantir que as gerações futuras possam desfrutar das belezas e das riquezas existentes em Rondônia.

### Referências Bibliográficas

- [1]. Loose Ce, Lovo Ao, Freitas Co, Leite Es. As Agroindústrias Da Região Central De Rondônia Sob O Modelo Estratégico De Pestel. In Bioética, Saúde Global E Meio Ambiente/ Caroline Filla Rosaneli, Marta Fischer (Org.) – Curitiba: Crv, 2021
- [2]. Wilkinson Ja. Mercados, Redes E Valores: O Novo Mundo Da Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora Ufrgs. 2008.
- [3]. Junges Jr. Bioética E Meio Ambiente Num Contexto De América Latina. Revista Redbioética/Unesco, Año 5, 1 (9): 13-19, Enero - Junio 2014.
- [4]. Hoffmann Wr, Filho Li. Agricultura Familiar: Desenvolvimento Sustentável Em Rondônia. In Descobertas Das Ciências Agrárias E Ambientais [Livro Eletrônico] / Adriane Theodoro Santos Alfaro, Daiane Garabeli Trojan (Organizadoras). – Curitiba, Pr : Atena Editora, 2016.
- [5]. Caporal Fr, Costabeber Ja. Agroecologia: Enfoque Científico E Estratégico. Agroecol. E Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, V.3, N.2, Abr./Junh.2002.
- [6]. Nascimento, C. P. O Processo De Ocupação E Urbanização De Rondônia: Uma Análise Das Transformações Sociais E Espaciais. Revista De Geografia Programa De Pós-Graduação Em Geografia Da Ufpe. V. 27, Nº 2. 2010.
- [7]. Fischer MI, Rosaneli Cf. A Sinergia Entre A Bioética Ambiental E Saúde Global: A Perspectiva De Futuro. In Bioética, Saúde Global E Meio Ambiente / Caroline Filla Rosaneli, Marta Luciane Fischer (Organizadoras) – Curitiba : Crv, 2021. 316 P. (Série Bioética, Volume 14) Ferreira, Iremar. Teoria E Debate. Edição 213 - Outubro/2021.
- [8]. Costa Ca. Bioética E Meio Ambiente: Implicações Para Uma Ética Da Libertação. Revbea, Rio Grande, V. 8, No 2:31-46, 2013.
- [9]. Carvalho Rmc. Rondônia E Pará: Semelhanças E Diferenças Na Expansão Da Fronteira Agrícola. Rio Branco – Acre. 2008.
- [10]. Ibge. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Rondônia [Internet]; 2023 [Citado Em 20 Fev. 2023]; Disponível Em: <https://www.ibge.gov.br/Cidades-E-Estados/Ro.html>. 2023. Acesso Em 23 Fev. 2023.
- [11]. Brasil. Lei Nº 11.326, De 24 De Julho De 2006. Estabelece As Diretrizes Para A Formulação Da Política Nacional Da Agricultura Familiar E Empreendimentos Familiares Rurais [Internet]; 2006 [Citado Em 12 Jan. 2023]; Disponível Em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)
- [12]. Cassol Pb, Quintana Am. A Contribuição Da Bioética Na Preservação Ambiental E Na Saúde. Revista Monografias Ambientais. Ufsm. V(10), Nº 10, P. 2235 – 2240, Out-Dez 2012.
- [13]. Rivero, S. Almeida, O. Ávila, S. Oliveira, W. Pecuaría E Desmatamento: Uma Análise Das Principais Causas Diretas Do Desmatamento Na Amazônia. Amazônia E Desenvolvimento. Nova Econ. 19 (1). 2009.
- [14]. Freitas Co. Gestão Participativa: Análise Da Colônia De Pescadores De Pimenteiras/Rondônia Sob O Modelo Estratégico Pestel. Berlim. Novas Edições Acadêmicas – Nea. 2015.
- [15]. Dias Mis. Gestão Participativa E Compartilhada: Um Modelo Para As Cooperativas Da Agricultura Familiar. Curitiba. Editora Crv. 2018.
- [16]. Bonaccini La. A Nova Empresa Rural: Como Implantar Um Sistema Simples E Eficiente De Gestão. Cuiabá: Sebrae/Mt. 2000.
- [17]. Guanziroli Ce. Agroindústria Rural No Brasil: Experiências Bem E Mal Sucedidas. Universidade Federal Fluminense. Niterói-Rj. 2010.
- [18]. Ibge. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Censo Agropecuário [Internet]; 2017 [Citado Em 20 Fev. 2023]; Disponível Em: <https://www.ibge.gov.br/Estatisticas/Economicas/Agricultura-E-Pecuaria/21814-2017-Censo-Agropecuario.html?T=Downloads>.
- [19]. Neto Cr, Silva Fac, Araujo Lv. Qual É A Participação Da Agricultura Familiar Na Produção De Alimentos No Brasil E Em Rondônia? [Internet]; 2020 [Citado Em 12 Nov. 2022]; Disponível Em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---Qual-E-A-Participacao-Da-Agricultura-Familiar-Na-Producao-De-Alimentos-No-Brasil-E-Em-Rondonia>
- [20]. Sabourin Ep. Desmonte De Políticas Públicas De Agricultura Familiar E Desenvolvimento Rural No Brasil E No Mercosul. Conferência: Seminário Internacional Territórios Rurais, Sistemas Alimentares, Agenda 2030 - Mesa Agricultura Familiar, Sistemas Agroalimentares E Ods: Desafios Das Políticas Globais E Locais. Brasília, Brazil. 2021
- [21]. Leite Sp. Dinâmicas De Terras, Expansão Do Agronegócio E Financeirização Da Agricultura: Por Uma Sociologia Das Transformações Agrárias. Revista Latinoamericana De Estudios Rurales, V. 4, P. 1-22, 2019.
- [22]. Silva Ea, Nascimento Sn, Souza Mp, Pedrozo Ea. Rede De Colaboração Da Agricultura Familiar No Município De Porto Velho-Ro. Revista Desenvolvimento Em Questão Editora Unijuí, N. 52. Jul/Set.2020.
- [23]. Freitas Co, Loose Ce. Gestão De Custos: Da Pesca Artesanal À Criação Do Tambaqui Em Rondônia. Rolim De Moura: Gráfica Designer, 236 P. 2017.
- [24]. Batalha Mo. Gestão Agroindustrial. 3. Ed. São Paulo: Atlas. 2007.
- [25]. Fischer MI, Sganzerla A, Cunha T, Santos Jz, Renk V. Da Ética Ambiental À Bioética Ambiental: Antecedentes, Trajetórias E Perspectivas. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio De Janeiro, V.24, N.2, Abr.-Jun. P.391-409. 2017.
- [26]. Papa Francisco. Carta Encíclica Laudato Si' Sobre O Cuidado Da Casa Comum. São Paulo. Ed. Paulinas. 2015
- [27]. Chapare Tf, Junior Rjs, Fischer MI. Desmatamento: O Papel Da Ilegalidade Dos Mecanismos Públicos Para A Preservação Da Floresta Em Moçambique. In Bioética, Saúde Global E Meio Ambiente / Caroline Filla Rosaneli, Marta Luciane Fischer (Organizadoras) – Curitiba: Crv, 316 P. (Série Bioética, Volume 14). 2021.
- [28]. Costa Ca. Bioética E Meio Ambiente: Implicações Para Uma Ética Da Libertação. Revbea, Rio Grande, V. 8, No 2:31-46, 2013.
- [29]. Pilau Sobrinho, Il. Desafios Da Sustentabilidade Na Era Tecnológica: (Im) Probabilidade Comunicacional E Seus Impactos Na Saúde E Meio Ambiente. Dados Eletrônicos - Itajaí: Univali [Internet]; 2017 [Citado Em 23 Fev. 2023]. Disponível Em: <https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/documents/ecjs/e-book%202017%20desafios%20da%20sustentabilidade%20na%20era%20tecnol%C3%93gica.pdf>
- [30]. Diniz Ls. Meio Ambiente E Bioética [Internet]; Sd [Citado Em 23 Fev. 2023]. Disponível Em: [http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/luciano\\_dos\\_santos\\_diniz.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/luciano_dos_santos_diniz.pdf)
- [31]. Siqueira Je. Bioética, Meio Ambiente E Vida Humana. Revista Brasileira De Bioética, Volume 1, Nº 3. 2005.

- [32]. Rosaneli Cf, Fischer MI. Bioética, Saúde Global E Meio Ambiente / Caroline Filla Rosaneli, Marta Luciane Fischer (Organizadoras) – Curitiba: Crv, 316 P. (Série Bioética, Volume 14). 2021.
- [33]. Correa Fjl. Bioética Entre Globalização, Universalismo E Diversidade Cultural. Revista Bioethikos. Centro Universitário São Camilo - 2012.
- [34]. Bauman Z. A Sociedade Individualizada: Vias Contadas E Histórias Vividas. Tradução José Gradel. Rio De Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.
- [35]. Brasília. Decreto N. 7.794, De 20 De Agosto De 2012. Institui A Política Nacional De Agroecologia E Produção Orgânica. Brasília, 20 De Agosto De 2012.
- [36]. Leite Es, Santos Acm, Freitas Co, Loose Ce, Piacentini Mts. Geração De Renda Com Sustentabilidade Para Permanência Na Propriedade Rural Familiar: Uma Proposta Agroecológica. Ijdr - International Journal Of Development Research. 6 Ed. P. 48008-48013, June, 2021.
- [37]. Freire P. Educação E Mudança. Rio De Janeiro: Paz E Terra, 1979.
- [38]. Decom. Agroecologia: Estado De Rondônia Quer Harmonia Entre Cultivo E Meio Ambiente. Rondônia Digital: Agricultura, Destaque [Internet]; 2011 [Citado Em 20 Fez. 2023]. Disponível Em: <[Http://Rondoniadigital.Com/Destaque/Agroecologia-Estado-De-Rondonia-Quer-Harmonia-Entre-Cultivo-E-Meio-Ambiente/](http://Rondoniadigital.Com/Destaque/Agroecologia-Estado-De-Rondonia-Quer-Harmonia-Entre-Cultivo-E-Meio-Ambiente/)>.
- [39]. Rondônia. Lei N° 2.588, De 28 De Outubro De 2011, Cria O Programa Estadual De Agroecologia E Incentivo À Agricultura Orgânica. Ro, Porto Velho: Assembleia Legislativa. 2011.
- [40]. Ressutti W. Seminário Discute Políticas Públicas Para Agroecologia Em Rondônia. Emater/Ro [Internet]. 2015 [Citado Em 15 Jan. 2023]. Disponível Em: [Http://Www.Emater.Ro.Gov.Br/Siteemater/Noticiaview.Php?Id=1153](http://Www.Emater.Ro.Gov.Br/Siteemater/Noticiaview.Php?Id=1153).
- [41]. Rondônia. Lei N° 3.566, De 03 De Junho De 2015. Fica Instituída A Semana Estadual De Incentivo A Agroecologia. Porto Velho: Assembleia Legislativa. 2015.
- [42]. Ressutti W. Evento Online Debaterá Produção E Comercialização De Produtos Na 3ª Semana De Agroecologia Em Rondônia [Internet]; 2020 [Citado Em 23 Fev. 2023]. Disponível Em: [Http://Www.Emater.Ro.Gov.Br/Ematerro/2020/10/09/Evento-Online-Debater-Producao-E-Comercializacao-De-Produtos-Na-3a-Semana-De-Agroecologia-Em-Rondonia/](http://Www.Emater.Ro.Gov.Br/Ematerro/2020/10/09/Evento-Online-Debater-Producao-E-Comercializacao-De-Produtos-Na-3a-Semana-De-Agroecologia-Em-Rondonia/)
- [43]. Secom - Gov/Ro. Sustentabilidade - Evento Online Vai Debater A Produção E Comercialização De Produtos Na 3ª Semana De Agroecologia Em Rondônia [Internet]; 2020 [Citado Em 23 Fev. 2023]; Disponível Em: [Https://Www.Newsrondonia.Com.Br/Noticia/158514-Sustentabilidade-Evento-Online-Vai-Debater-A-Producao-E-Comercializacao-De-Produtos-Na-3-Semana-De-Agroecologia-Em-Rondonia](https://Www.Newsrondonia.Com.Br/Noticia/158514-Sustentabilidade-Evento-Online-Vai-Debater-A-Producao-E-Comercializacao-De-Produtos-Na-3-Semana-De-Agroecologia-Em-Rondonia)
- [44]. Iper - Instituto Padre Ezequiel Ramin. O Iper Participou Da Última Assembleia Extraordinária Da Comissão Da Produção Orgânica De Rondônia [Internet]; 2022 [Citado Em 23 Fev. 2023]; Disponível Em: [Https://Iper-Amazonia.Com.Br/Noticias/O-Iper-Participou-Da-Ultima-Assembleia-Extraordinaria-Da-Comissao-Da-Producao-Organica-De-Rondonia/?fbclid=Iwar2vi9alyjoowsm-Xyxg\\_Idqafpoewhdm7tuymmch5wgr\\_Isspxeo5on1z0](https://Iper-Amazonia.Com.Br/Noticias/O-Iper-Participou-Da-Ultima-Assembleia-Extraordinaria-Da-Comissao-Da-Producao-Organica-De-Rondonia/?fbclid=Iwar2vi9alyjoowsm-Xyxg_Idqafpoewhdm7tuymmch5wgr_Isspxeo5on1z0)
- [45]. Iper - Instituto Padre Ezequiel Ramin. Quem Somos E Por Quê? [Internet]; 2022 [Citado Em 23 Fev. 2023]; Disponível Em: [Https://Iper-Amazonia.Com.Br/](https://Iper-Amazonia.Com.Br/)
- [46]. Leite, Es, Lima Edx, Roberto Txx, Moraes D, Freitas Co. Perfil De Entrada Dos Jovens Do Núcleo De Estudo Em Agroecologia (Nea) Em Rondônia (Brasil). European Academic Research. Vol. 9, 1 Ed, Abril, 2021.